

## 4

### Complementos pronominais: os clíticos

No âmbito da pesquisa lingüística, os clíticos pronominais têm sido um assunto de ampla discussão. Embora a bibliografia sobre o tema seja vasta, certas questões básicas ainda não foram resolvidas (Ramos, 1999; Raposo 2000, entre outros). A natureza categorial dos clíticos (D ou afixos flexionais), a motivação para a sua colocação (fonológica ou sintática) e o momento da cliticização na derivação (pré-sintática, sintática ou pós-sintática), são apenas alguns pontos centrais sobre os quais não existe consenso. Tradicionalmente, as propostas teóricas para dar conta dos clíticos têm-se dividido com base no critério adotado para explicar a posição desses elementos na sentença. Segundo esse critério, a literatura se divide em perspectivas que assumem movimento, isto é, o clítico é gerado numa dada posição e é movido para o local no qual finalmente recebe a sua codificação morfofonológica (Uriagereka, 1995; Raposo, 1998; Kayne, 1991, dentre outros) e perspectivas que adotam a *base-generation*, segundo a qual o clítico é gerado na mesma posição na qual aparece superficialmente (Sportiche, 1993, dentre outros).

Neste capítulo apresentamos uma panorâmica das perspectivas para o tratamento teórico dos clíticos pronominais. Para uma maior clareza na exposição, a revisão foi organizada levando em conta duas premissas opostas com relação à natureza desses elementos: segundo a primeira, o pronome clítico é um D; sob a segunda ótica, o clítico é considerado como sendo algum outro tipo de elemento. Além disso, incorporamos também algumas referências a trabalhos clássicos sobre clíticos que não se enquadram em nenhuma das hipóteses anteriores, por não estarem preocupados com a natureza categorial do clítico pronominal, mas com alguma outra caracterização.

#### 4.1

##### Que são os clíticos?

Enquanto que a distinção entre palavras independentes e afixos usualmente resulta bastante simples, muitas línguas apresentam morfemas para os quais é mais complexo atribuir uma classificação. Halpern (1998) observa que os elementos comumente chamados de *clíticos* constituem um conjunto heterogêneo. Esse autor esclarece que o termo “clítico” é utilizado muitas vezes –inclusive por ele mesmo–

com um status não teórico para se referir a qualquer morfema que apresente as seguintes propriedades:

- ausência de acento inerente;
- ser membro de uma classe fechada (pronomes, auxiliares, partículas discursivas, etc.);
- distribuição diferente de outros elementos com função similar.

Nesse sentido, os clíticos pronominais das línguas românicas modernas considerados nesta dissertação constituem uma sub-classe dentro dessa caracterização ampla.

Os clíticos podem ser definidos como partículas não acentuadas que, de forma semelhante aos afixos, requerem um hospedeiro que os albergue. A posição dos clíticos, assim como os requerimentos relativos ao elemento que atua como hospedeiro, variam inter-lingüísticamente. Contudo, as posições possíveis para os clíticos numa língua particular estão claramente fixadas. Por exemplo, no ES a posição dos clíticos pronominais fica definida em função do verbo (que é o elemento que o hospeda) e, nesse sentido, o clítico é adjacente ao verbo. Já no Croata, o clítico localiza-se na segunda posição da frase entonacional<sup>19</sup> (Stiasny, 2006).

Os clíticos podem corresponder a diferentes categorias funcionais e nem todas as línguas possuem todos os possíveis clíticos (auxiliares, pronomes, anáforas, advérbios e diversos tipos de partículas como, por exemplo, partículas interrogativas).

Estas formas constituem um desafio teórico, especialmente nos casos em que são os únicos elementos numa língua que possuem determinadas propriedades; por exemplo, se comportando como um núcleo lexical e um sintagma ao mesmo tempo ou sendo o único elemento diferente de afixo com uma posição estritamente definida na língua. (Stiasny, 2006).

---

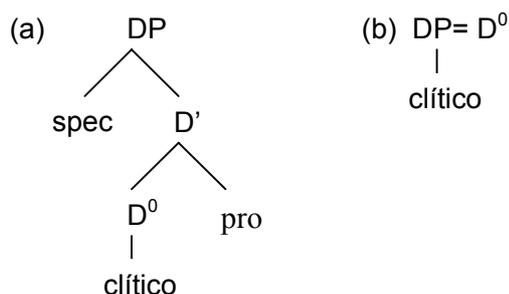
<sup>19</sup> A frase entonacional é um constituinte prosódico formado por várias frases fonológicas. Pode ser definida como o domínio de um contorno entonacional em que os finais das frases coincidem com o local onde as pausas podem ser inseridas na sentença (Nespor & Vogel, 1986).

## 4.2

### Clíticos pronominais na teoria lingüística

No quadro teórico gerativista, mais precisamente no *framework* proposto a partir do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999), têm sido formuladas várias propostas para a análise da cliticização, especialmente nas línguas românicas. Numa breve revisão dessa bibliografia, Raposo (2000) salienta que a literatura sobre clíticos revela lacunas tanto no que diz respeito ao nível da adequação descritiva quanto no da adequação explanatória. Para sustentar essa afirmação, Raposo (2000:266) lista uma série de propostas de análise, às vezes opostas, postuladas na área:

- O comportamento dos clíticos vincula-se ao domínio: (i) fonológico/prosódico; (ii) sintático; (iii) ambos domínios.
- Clíticos são sintaticamente caracterizados como: (i) Determinantes; (ii) Nomes; (iii) uma combinação de ambas categorias.
- Geração e movimento: (i) Clíticos se movem para uma posição-Q subjacente; (ii) clíticos são *base-generated* em algum local designado em associação com um argumento aberto ou coberto em posição-Q.
- (i) Clíticos encabeçam uma projeção máxima da categoria DP com uma estrutura interna como em (a); (ii) clíticos são terminações singulares de uma projeção D mínima/máxima, como em (b):



- No contexto das análises que assumem movimento dos clíticos, esse movimento é considerado como: (i) movimento de núcleo; (ii) movimento XP; (iii) uma combinação dos dois anteriores.
- Movimento-XP de clíticos pode ser: (i) movimento-A; (ii) movimento-A'.
- Se o clítico é adjungido a um núcleo, essa adjunção pode ser: (i) à esquerda; (ii) à direita.

- Quando o clítico se move como um núcleo, o local alvo desse movimento podem ser várias categorias funcionais diferentes: Agr<sub>s</sub>, Agr<sub>0</sub>, Infl, T, F...
- Desde que o verbo também se mova no esqueleto funcional, a posição final do clítico com respeito ao verbo é determinada pelo movimento do verbo e suas extensões.

#### 4.2.1

##### Clíticos como Ds

Ramos (1999:67) salienta que a partir dos anos oitenta a idéia dos pronomes como Ds – originalmente postulada por Postal (1966)<sup>20</sup> – começa a ser elaborada de forma mais sistemática; em primeiro lugar com o trabalho pioneiro de Raposo (1973) para as línguas românicas e, posteriormente, retomada por outros pesquisadores como Kayne (1991), Corver & Delfitto (1993), Uriagereka (1995) e o mesmo Raposo (1998, 2000), dentre outros. Contudo, embora esses trabalhos todos assumam que o clítico pronominal seria um D, há vários pontos nos quais essas análises não convergem.

Outra questão importante é que, embora todas as análises resenhadas enquadrem-se no *framework* gerativista e, quase todas elas, com exceção de Kayne (1991), assumam os pressupostos minimalistas, nenhuma das propostas levantadas assume uma versão recente do PM. Sendo assim, uma leitura dessas propostas à luz de versões mais atuais pode requerer a re-interpretação de alguns pressupostos.

Uriagereka (1995) considera que os clíticos pronominais são unidades morfofonológicas com propriedades que os distinguem tanto dos afixos quanto das palavras de conteúdo. O autor chama a atenção para as semelhanças de natureza sintático/semântica entre os clíticos acusativos de 3ª pessoa e os D. Ambos seriam elementos referenciais e específicos, duas características que, segundo Uriagereka, desempenham um papel decisivo na colocação dos clíticos. Os clíticos atuariam como uma “âncora” para a nova informação, isto é, remeteriam a algo já familiar no discurso.

<sup>20</sup> De acordo com a hipótese de Postal (1966), os pronomes são artigos subjacentes, mais especificamente, artigos definidos. Logo, os pronomes são artigos derivados a partir de um N subjacente que contém um traço +Pro(nome).

Uriagereka considera que existem duas abordagens para o tratamento dos clíticos: uma perspectiva morfofonológica, segundo a qual o clítico se move para satisfazer algum tipo de requerimento na formação das frases prosódicas ou morfológicas, e uma perspectiva sintática, que também assume que os clíticos têm de se mover para uma posição mais alta, mas que não fornece uma motivação para esse movimento.

A perspectiva de análise proposta pelo autor é uma abordagem sintática que assume que a principal motivação para a localização e movimento dos clíticos pronominais provém precisamente da natureza específica e referencial desses elementos, ou, como ele mesmo a denomina: *the syntax of specificity and referentiality*. Essa idéia, central na proposta de Uriagereka, se traduz no chamado *Restrictive Mapping Slogan* (Uriagereka, 1995:90):

(48)

*Restrictive Mapping Slogan* (RMS)

Only and all material assigned VP-external scope is interpreted as specific at Logical Form.

Segundo esse princípio, apenas o material movido para fora do VP, e só ele, é interpretado como sendo específico em LF. Conforme esse slogan, os clíticos se movem porque são específicos. O autor assume que expressões específicas são marcadas como tais no marcador frasal inicial.

Uriagereka questiona a perspectiva *base-generated* para a colocação dos clíticos a partir da análise de estruturas com duplicação (configurações muito freqüentes no ES e, especialmente, no ER):

(49)

Lo<sub>i</sub> vi a Juan<sub>i</sub>.

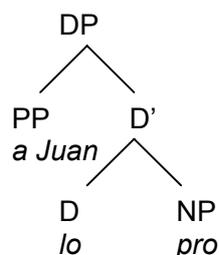
O-ACUS ver-PRES 1<sup>a</sup> SG a-PREP. ACUS-João

[Vi o João]

A questão que se coloca é a seguinte: se o clítico é gerado na mesma posição na qual é realizado superficialmente (i.e., um local mais alto na árvore sintática), como poderia o elemento duplicado estar associado a essa posição? A explicação

proposta para esse fenômeno consiste em assumir que o elemento duplicado (o clítico) é o especificador de um DP complexo complemento do verbo.

(50)



Na derivação em (50) o clítico ainda deve tomar a sua posição para *Spell-out* (já que não é gerado na mesma posição em que será morfo-fonologicamente realizado), assim, o clítico se move como núcleo do DP para uma posição mais alta na árvore sintática. É assumida ainda uma projeção funcional F na periferia esquerda da sentença (formulada pelo próprio Uriagereka, 1992), que tem TP como seu complemento. Segundo essa análise, F codifica sintaticamente o ponto de vista do falante ou do sujeito de uma encaixada, o que permite a atribuição da referência. Contudo, não fica claro de que forma se daria essa codificação. Uma explicação nos moldes das versões recentes do modelo minimalista envolveria a presença de traços formais (interpretáveis pelo sistema computacional) específicos no léxico para codificar essas propriedades. Porém, esse ponto não é desenvolvido por Uriagereka. F é definido como “*a point of interface at LF between the competence levels of syntax and the performance levels of pragmatics*” (Uriagereka, 1995:93). De acordo com essa definição, são vários os elementos que poderiam ser hospedados nesse local: sintagmas de tópico, de ênfase, expletivos não nulos, etc.

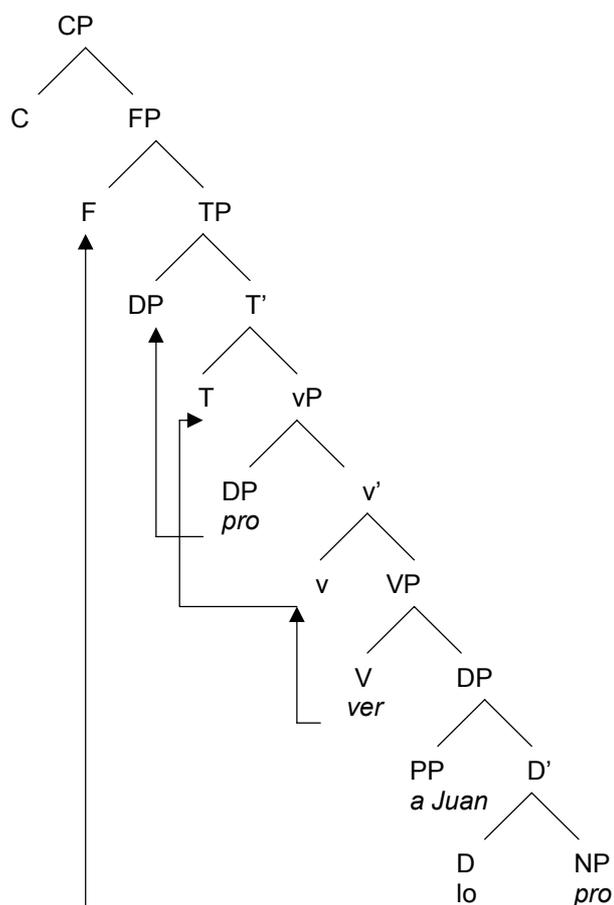
Uriagereka considera os clíticos como sendo elementos defectivos; isto é, sub-especificados para o traço de pessoa. Segundo a perspectiva adotada, essa defectividade faz com que o clítico precise se mover para o local (F) no qual é referencialmente indexado, já que nesse local seria “fornecido” o traço de pessoa para o clítico. Numa versão mais recente do Minimalismo poderíamos considerar que o clítico pronominal contém um traço não interpretável de pessoa que precisa ser valorado e apagado, essa valoração seria realizada em F.

A idéia da sub-especificação do clítico para pessoa é desenvolvida por Uriagereka a partir da intuição de Benveniste (1974) segundo a qual *pessoa* seria simplesmente um modo pragmático de codificação referencial do falante. Se essa intuição estiver certa, então seria natural que esse processo seja expressado por F, considerado como o local sintático que atua como uma interface com a indicialidade pragmática.

A estrutura abaixo (51) representa uma derivação sintática segundo a análise proposta:

(51)

**Lo<sub>i</sub> vi a Juan<sub>i</sub>.**



A análise de Uriagereka se concentra no ES, o Galego e o Francês, que são consideradas como exemplos paradigmáticos de diferentes estágios na fixação de

parâmetros entre as línguas românicas. O ES e o Galego seriam línguas do tipo *F ativo*; por sua vez, línguas, como o Francês, apresentariam uma projeção *F inativa* na sintaxe<sup>21</sup>; ou seja, essas línguas variam na forma em que codificam o ponto de vista.

Analisando o potencial explanatório da proposta de Uriagereka (1995), Stiasny (2006) considera que adotar o ponto F como local para os clíticos apresenta várias desvantagens. Em primeiro lugar, a autora considera que as propriedades outorgadas à projeção F não são muito compatíveis com as características essenciais dos clíticos, quais sejam: ser elementos desprovidos de acento, incapazes de formar uma sentença de forma independente, nunca funcionar como foco e precisar sempre de um hospedeiro.

Em segundo lugar, a autora questiona qual seria a motivação que faria o clítico se separar do seu hospedeiro e se mover para FP e, mais precisamente, qual é o traço que F possui e o clítico precisa checar? Contudo, consideramos que esse ponto em particular não seria questionável já que Uriagereka estabelece que a defectividade do clítico no que diz respeito ao traço de pessoa seria responsável pelo movimento. Assume-se que esse traço é um modo pragmático de codificação referencial do falante e, sendo F o local na sintaxe que codifica o ponto de vista, o traço de pessoa poderia ser valorado nessa projeção. Entendemos que, segundo a análise proposta, F valoraria o traço de pessoa do clítico atribuindo o valor *default*, no caso, de terceira pessoa.

Por último, a autora questiona também o fato de que Uriagereka associa F a um requerimento de LF, mas segundo ela, não esclarece que tipo de requerimento seria esse. Esse ponto também não nos parece polêmico, se forem consideradas questões de escopo como pertinentes a relações da interface sintaxe/semântica.

Em linhas gerais, a proposta de Uriagereka apresenta alguns pontos que podem gerar controvérsia (Stiasny, 2006), mas que podem ser re-interpretados à luz de versões recentes da proposta minimalista. Consideramos, contudo, que o fato de assumir F (com as características que já foram descritas) como local para o clítico pronominal não fica claramente fundamentado.

---

<sup>21</sup> No francês, os clíticos são sistematicamente proclíticos tanto nas sentenças finitas quanto nas não-finitas. Esse padrão para a colocação dos clíticos tem sido associado à concordância fraca (Kayne, 1989). Uriagereka, por sua vez, vincula à perda da propriedade *pro-drop* dessa língua à inatividade de F.

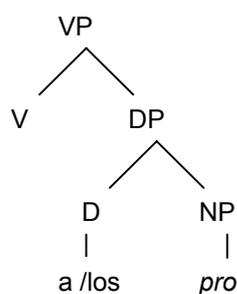
Por sua vez, Raposo (1998) também desenvolve uma análise do sistema pronominal do Português sob uma perspectiva minimalista, compatível com a proposta de que os pronomes são D (Postal, 1969), inclusive as formas nominativas e dativas. Nessa análise é considerado que a forma *o* é um autêntico D (uma projeção <sup>+</sup>mínima; <sup>-</sup>máxima), enquanto que os pronomes nominativos e dativos são analisados como projeções [<sup>+</sup>mínimas; <sup>+</sup>máximas] que incorporam um traço nominal na sua matriz de traços gramaticais.

Antes de adquirir o estatuto de pronome, a forma *o* pode se realizar como um artigo definido. É assumido ainda por Raposo que todo argumento é nucleado por um D, que pode ou não ser foneticamente realizado. O autor considera que o DP objeto ocupa a posição de complemento de V e que o complemento do D é uma categoria vazia *pro* :

(52)

Eu não *a* vi.

Los *compré*.



Raposo assume para a sua análise a estrutura para sentenças com verbos transitivos proposta por Chomsky (1995). De acordo com essa perspectiva, *Agree* não é uma projeção e a categoria *v* (verbo leve) é introduzida c-comandando o VP. É assumida ainda, a teoria de checagem de traços (Chomsky, 1995) e a distinção entre dois conjuntos de traços formais: [+/- interpretáveis] e [+/-intrínsecos]. Diferentemente de Chomsky (1995), para quem a distinção [+/-intrínsecos] não desempenha nenhum papel na derivação, Raposo considera que ela tem um papel importante com relação a questões de economia. O autor introduz uma nova operação chamada ADD (Added) que seria a responsável por adicionar os traços -intrínsecos nos itens lexicais da numeração (sendo que esses traços não estariam listados na entrada lexical do item)<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> A operação proposta por Raposo (1998) atuaria com anterioridade à formação da numeração e não é prevista pelo modelo tal como descrito no capítulo 3 desta dissertação.

Na análise desenvolvida, Raposo atribui à forma *o* uma propriedade que denomina como propriedade P(proclítico). P integraria a caracterização lexical de *o*, mais especificamente, faria parte do conjunto de traços F(onológicos) desse elemento. Assume-se que:

- a) a forma *o* é fonologicamente dependente (é um clítico).
- b) a sua direção de cliticização é esquerda - direita (é proclítico).

No modelo minimalista, se P não for satisfeito a derivação não converge em PF. Esse fato leva o D a se mover como último recurso (*Last Resort*) a fim de satisfazer o requerimento de P. A cliticização é explicada nesses termos, com base numa propriedade de natureza morfofonológica, porém, sintaticamente codificada a partir de uma propriedade legível para o sistema computacional.

Uma questão crucial é determinar o local dos traços formais no argumento, para conseguir explicar qual é a categoria que se move na cliticização. A cliticização em português e nas línguas românicas em geral, é reduzida por Raposo (1998) à operação *Move F*. Especificamente, a cliticização seria um caso de *Move F* com um  *pied pipping generalizado*. Em LF apenas conjuntos de traços formais do núcleo de um argumento são movidos. Nesse sentido, considera-se que é o D quem carrega os traços relevantes para a checagem dos mesmos. Por outro lado, o fato de que Ns podem ocorrer com todos os Ds sugere que N não está marcado com esse traço. Outra evidência de que os traços seriam carregados pelo D é fornecida a partir de dados da variante não padrão do PB falado (exemplos fornecidos por Raposo, 1998):

(53)

- a. os menino cantou.
- b. \*o meninos cantou.

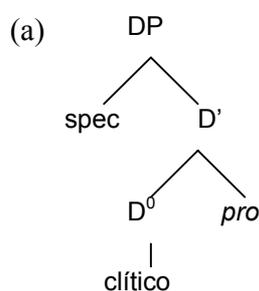
Segundo esses dados, é possível considerar que traços- $\phi$  [-interpretáveis] podem não ser realizados morfológicamente. Se essa interpretação for correta,

então seria compatível com a tese de que pelo menos o traço de número não seria interpretável no N, mas no D<sup>23</sup>.

Raposo estende a consideração de que pronomes são Ds ainda para as formas dativa e nominativa. Assim, assume que *lhe* é um D com traço de caso e que o caso é atribuído pelo verbo, possivelmente como caso inerente. Ou seja, verbos que selecionam OI teriam um traço [+intrínseco] e [-interpretável] de caso dativo para ser checado. Tanto a forma *lhe* quanto *ele* são considerados como Ds “complexos”. Nos termos de Chomsky (1995) essas formas seriam projeções [+mínimas, +máximas] contrastando com os Ds “puros” *lo/o* que seriam projeções [+mínimas, -máximas].

Num outro trabalho recente, Raposo (2000:268) adota os seguintes pressupostos para dar conta da posição dos Cl:

- (i) Clíticos são núcleos de projeções funcionais máximas como em (a);
- (ii) Clíticos se movem como núcleos e eles se adjungem a categorias funcionais;
- (iii) A adjunção de clíticos é invariavelmente à esquerda.



Na análise proposta, é assumido que na configuração da próclise, o verbo e o clítico são adjungidos na mesma categoria funcional, contrariamente ao postulado por Uriagereka (1995). A idéia central colocada é que a ênclise no PE - e em outras línguas românicas contemporâneas e antigas - é um efeito do movimento do T contendo o verbo para o Spec F, com o clítico adjungido a esquerda de F.

<sup>23</sup> Evidências experimentais sobre a aquisição de número por crianças falantes do PB fornecem dados a favor dessa hipótese (ver Ferrari-Neto, 2003). Augusto, Ferrari-Neto & Corrêa (2006) argumentam, no entanto, que é impossível determinar a partir de dados de aquisição em que categoria o traço de número seria interpretável, sendo compatíveis tanto uma análise que assuma que número é interpretável em D, quanto uma que incorpore uma projeção específica dedicada a número, do tipo NumP.

Kayne (1991) assume uma análise para a cliticização no Italiano e no ES na qual considera que os clíticos são gerados na posição canônica de objeto, a partir da qual se movem para uma projeção funcional mais alta. Segundo a análise proposta, os clíticos se adjungem invariavelmente à esquerda. A ordem verbo-clítico derivaria do movimento do próprio verbo para uma posição ainda mais alta. Kayne argumenta que há uma projeção adicional (*Infinitive Projection*- InfnP) entre VP e TP, até a qual a raiz dos verbos infinitivos poderia se mover.

Assim como Uriagereka e Raposo, Kayne também considera que os clíticos nas línguas românicas têm que se adjungir a um núcleo funcional. Se esse núcleo domina o verbo, o resultado é a ordem clítico-verbo, freqüente nas línguas de sujeito nulo como o ES. A ordem verbo-clítico é resultado do movimento do verbo, como já foi colocado.

Neste estudo, assume-se uma caracterização de clíticos como D. Consideramos, contudo, interessante que se considerem tratamentos alternativos com vistas a contrastar outras abordagens e, ainda, com o intuito de recuperar a discussão instaurada na literatura sobre a natureza categorial dos clíticos pronominais.

#### 4.2.2

##### **Clíticos como elementos distintos de D**

Os pronomes átonos do ES atual têm sido descritos como categorias sintáticas plenas caracterizadas pela ausência de acento próprio. Não obstante, há também propostas alternativas que consideram a idéia de que os clíticos pronominais são morfemas flexionais verbais. Essa hipótese está presente desde a Gramática Tradicional nos trabalhos de Lenz (1920) e Llorente & Mondéjar (1973), assim como em artigos mais recentes (Mendikoetxea, 1993; Fernández Soriano, 1993, 1999; Camacho, 2002, dentre outros, In: Camacho, 2005)). Os argumentos levantados para defender essa perspectiva se baseiam nas seguintes características dos clíticos (Camacho, 2005):

- (a) dependem morfológica e fonologicamente de um mesmo hospedeiro: o verbo;
- (b) ocupam a posição proclítica ou enclítica com relação ao verbo, dependendo da natureza flexional deste; ou seja, das suas propriedades morfológicas;
- (c) formam *grupos clíticos* com uma ordem linear estrita em cujo interior se produzem efeitos de assimilação (\***le** lo compró → **se** lo compró).

(d) Assim como as unidades morfológicas, os clíticos não podem estar sujeitos a coordenação, funcionar isoladamente como resposta a uma interrogativa nem ser submetidos a mecanismos de extração;

Por último, os pronomes átonos do ES atual se caracterizam por intervir nas chamadas estruturas de duplicação<sup>24</sup> nas quais um clítico e um PP co-referentes ocorrem na mesma sentença:

(54)

**Le<sub>i</sub>** compré un libro **a mamá<sub>i</sub>**.

Lhe-DAT 3ª SG comprar-PASS 1ª SG um livro a mamãe.

“Comprei um livro para mamãe”.

Esta perspectiva que não considera o clítico como pertencendo a categoria D, assume que o pronome átono da sentença acima não estaria preenchendo uma posição argumental, mas que seria o PP quem ocuparia essa posição. Cumpre destacar que esse mesmo argumento é levantado na literatura também em sentido contrário, considerando que nessa configuração o PP pode ser omitido, mas não o clítico (Groppi, 1998, 2004)<sup>25</sup>, sendo o pronome átono aquele que satisfaz os requerimentos argumentais do verbo.

(55)

a. \*(Le) pedí ayuda a mi esposo.

Pedir-PASS 1ª SG ajuda a meu marido-DAT 3ª SG.

“Pedi ajuda para o meu marido”.

b. Le pedí ayuda (a mi esposo).

Lhe-DAT 3ª SG pedir-PASS 1ª SG ajuda.

“Pedi ajuda”.

Voltando à perspectiva que assume que o clítico não é um D, considera-se que esse elemento funciona como marca verbal de concordância de objeto. Camacho (2005) conclui que, pelos motivos expostos, o comportamento sintático, morfológico e fonológico do clítico parece indicar que a natureza dessas unidades é

<sup>24</sup> Essas estruturas são abordadas no Capítulo 3 desta dissertação.

<sup>25</sup> Esse ponto é desenvolvido no Capítulo 3.

morfológica e não sintática. Em outras palavras, assume-se nesta perspectiva que os clíticos pronominais do ES funcionam como morfemas de concordância formando uma unidade fonológica, morfológica e sintática com o verbo.

Camacho (2005) considera que os clíticos do ES têm sofrido uma série de mudanças diacrônicas pelas quais o seu estatuto categorial tem se visto afetado. A autora considera quatro estágios nessa mudança: clíticos de Wackernagel, clíticos de Tobler-Mussafia, clíticos categoriais e morfemas de concordância. Fontana (1993) compartilha a idéia do clítico como afixo de concordância e, assim como Camacho (2005), estuda a evolução histórica da colocação dos clíticos no ES.

Franco (1993) também defende que o clítico é um morfema de concordância do verbo e não um argumento pronominal fonologicamente dependente. O autor baseia essa afirmação numa análise do fenômeno da duplicação dos clíticos pronominais no ER. Segundo Franco, em sentenças como (55) o fato de haver um clítico duplicando um argumento é indício de um processo de gramaticalização, processo este que finalizaria com a afixação da marca de objeto no verbo, de forma semelhante a uma desinência, tal como acontece com a marca morfológica de sujeito.

Por sua vez, Galves (1997) questiona a idéia de que clíticos sejam D alegando que se o D é a categoria associada a referência por excelência resulta impossível dar conta de qualquer interpretação referencial atribuída aos clíticos nos casos em que estes aparecem com um antecedente predicativo ou sentencial. A autora considera que os clíticos deveriam ser considerados como elementos de concordância que marcam apenas uma posição com alguns traços que permitem recuperar o argumento ou predicado antecedente, independentemente de qualquer interpretação referencial.

Num trabalho recente (Galves et al., 2005) as autoras apresentam uma análise contrastiva para a colocação dos clíticos no PB e no PE, assumindo que clíticos seriam afixos frasais, sujeitos a regras de formação de palavras como qualquer outro afixo. Essa formulação está em consonância com propostas recentes no *framework* da Morfologia Distribuída.

Jakubowicz et al. (1998, 1999) estabelece uma distinção entre pronomes e clíticos em virtude da complexidade da computação sintática de cada um desses elementos. Assim os autores distinguem entre:

- os casos em que o *Merge* entre argumento e predicado se realiza canonicamente (colocando como exemplo os DPs lexicais no Francês e no Inglês e os pronomes no Inglês);
- os casos em que o *Merge* é realizado com uma categoria funcional (o caso dos clíticos acusativos no Francês e nas línguas românicas em geral).

No primeiro caso a computação sintática seria menos complexa do que no segundo. De acordo com essa distinção, clíticos não pertenceriam a categoria D.

Já Halpern (1998) observa que os elementos comumente chamados de *clíticos* constituem um conjunto heterogêneo e levanta dois sentidos principais para o termo:

(a) Em certos contextos, *clítico* denota um elemento prosodicamente fraco (que carece de acento), elemento que não é canonicamente flexional nem afixo derivacional. É neste sentido que o termo é normalmente utilizado na discussão de questões de corte fonológico. Do caráter dependente do clítico (ele deve ser incorporado dentro de uma estrutura que seja prosodicamente mais forte) deriva um diagnóstico comum que distingue clíticos de palavras independentes: ele não pode constituir uma sentença por si só. O clítico constitui uma unidade prosódica se combinando a esquerda do seu hospedeiro (próclise) ou então, se adjungindo a direita (ênclise).

Segundo Halpern, cliticização, nesse sentido estritamente fonológico, não envolve nenhuma consequência sintática<sup>26</sup>.

A partir de Zwicky (1977) elementos não acentuados e sob outros aspectos não excepcionais são conhecidos como *clíticos simples*.

(b) Em contraste com a definição prosódica, a literatura sintática normalmente faz uso do termo para se referir a certo tipo de pronomes fracos encontrados nas línguas românicas modernas, elementos que aparecem em uma posição especial dentro da sentença. Muitas vezes, na literatura são chamados de *clíticos especiais*, seguindo a definição clássica proposta por Zwicky: “items that follow special (non-syntactic) principles to be correctly placed and ordered in the utterance”.

---

<sup>26</sup> Essa afirmação pode ser contrastada com o proposto por Raposo (1998). Segundo ele, a propriedade P responsável pelo movimento do clítico é, originalmente, um traço fonológico. Porém, essa propriedade teria consequências no momento da derivação sintática, uma vez que o movimento do clítico é obrigatório para que a derivação possa convergir em PF. Com base no Princípio de Interpretabilidade Plena, são assumidas restrições para a sintaxe impostas pelos sistemas de desempenho. Na perspectiva de Raposo (1998), a cliticização nas línguas românicas seria um exemplo dessas restrições.

Kayne (1975, In: Halpern, 1998:104) salienta vários pontos nos quais há semelhança entre clíticos verbais e afixos. Em primeiro lugar, eles aparecem adjacentes ao verbo, morfológica ou fonologicamente adjungidos a ele. Por outra parte, clíticos estão sujeitos a condições de co-ocorrência similares às registradas para os afixos flexionais. Essas condições são expressas sob o termo de moldes (*templates*) os quais separam os clíticos em grupos associados a um conjunto ordenado de posições. Por exemplo, no ES, nas construções com gerúndio os clíticos pronominais seguem uma ordem precisa (OI > OD):

(56)

Agradeciéndoselo.

*Agradecer*-GERÚNDIO *se*-DAT 3<sup>a</sup> *lo* – ACUS 3<sup>a</sup> SG.

No Búlgaro a ordem fixa é:

b. NEG>FUT>AUX>OI>3SG>AUX (Exemplo fornecido por Halpern, 1998:105).

Contudo, apesar das similaridades acima apontadas, Halpern (1998) afirma que sob alguns aspectos os clíticos não são equivalentes a afixos de concordância. O autor considera que, em primeiro lugar, concordância é uma relação local entre um núcleo e seus argumentos. Afixos flexionais estão geralmente localizados em uma posição fixa em relação à raiz. Por outra parte, é salientado que a flexão pode apresentar um grau considerável de irregularidade, envolvendo alomorfes particulares. Porém, o autor também não assume que clíticos possam ser considerados como pertencendo a categoria D. Halpern (1998) considera que as aparentes características distintivas dos clíticos podem ser mais um resultado da sua fraqueza fonológica do que decorrentes de questões sintáticas ou morfológicas.

### 4.2.3

#### **Outras caracterizações: parâmetros de colocação**

Klavans (1985) sugere três parâmetros para definir as variações na colocação dos clíticos. A autora afirma que esses parâmetros estão baseados na teoria X' e que todos eles têm valores binários.

P1 expressa a possibilidade de que o CI se adunja a um constituinte inicial ou final dominado pela frase específica na qual o clítico ocorre:

[P1] **Dominância:** INICIAL/FINAL.

O P2 especifica se o CI ocorre antes ou depois do hospedeiro escolhido por P1:

[P2] **Procedência:** ANTERIOR/POSTERIOR.

P3 determina a direção para o attachment fonológico:

[P3] **Vínculo fonológico:** PROCLÍTICO/ENCLÍTICO.

Os princípios formulados pretendem dar conta da variedade de possibilidades para a colocação dos CI que pode ser encontrada nas línguas naturais. Contudo, eles não fornecem uma explicação para a localização dos CI nas diferentes línguas.

### 4.3

#### Síntese

A revisão da literatura permite que se reitere a afirmação colocada no início deste capítulo: não há consenso teórico para o tratamento dos clíticos. Com relação à sua natureza categorial, eles são considerados como:

- Pertencendo à categoria D (Uriagereka, 1995; Raposo, 1998, 2000; Corver & Delfitto, dentre outros);
- Afixos flexionais (Galves, 1997; Galves et al. 2005; Camacho, 2004, 2005; dentre outros);
- Partículas sem um estatuto categorial claro (Halpern, 1995, 1998).

No que diz respeito à motivação para a sua colocação, as opiniões também são contraditórias:

(i) Para Uriagereka (1995), Corver & Delfitto (1993): o clítico se move por causa do seu caráter deficitário para F(oco). Em F o traço –interpretável de [pessoa] poderia ser checado. A motivação para o movimento é sintática, mas decorre de restrições em LF.

(ii) Raposo (1998, 2000) assume que a localização dos clíticos nas línguas românicas é um caso de *pied-piping* mínimo generalizado para evitar que a derivação fracasse em PF. O movimento do clítico deve-se a propriedade P desse elemento. A motivação para o movimento é definida como sendo uma restrição imposta por PF.

No quadro teórico Minimalista assume-se que o clítico é gerado em posição canônica como membro da categoria D <sup>máx/mín</sup> (Madeira, 1993; Cardinaletti, 1994;

Uriagereka, 1995; Torrego, 1995; Chomsky, 1995; Franks, 1998; Raposo, 1998; dentre outros). Posteriormente, a partir de algum tipo de requerimento –que varia conforme a proposta teórica – o clítico se move até uma posição mais alta na árvore sintática.

No que concerne às posições que o clítico alcança em diferentes línguas (comparando os sistemas românicos e eslavos), Camacho (2004) considera que estes podem ocupar diferentes categorias funcionais, e nesse sentido, é possível estabelecer três derivações diferentes:

(a) os *clíticos categoriais* se movem para a mesma projeção funcional que o verbo (Kayne, 1989, 1991), Conc<sup>o</sup>.

(b) *clíticos de Tobler-Mussafia* sobem até Comp<sup>o</sup> (Madeira, 1993) ou até uma categoria funcional extra denominada Frase de Tobler Mussafia [FTM] (Rivero 1997); e

(c) *clíticos de Wackernagel* aterrizam em Comp<sup>o</sup> (Terzi, 1994) ou então numa projeção chamada de Frase Wackernagel [FW] (Rivero, 1997).

Para concluir, é importante acrescentar que, do ponto de vista do minimalismo, as análises encontradas na literatura apontam basicamente para duas possibilidades de se caracterizarem os clíticos:

(a) como elementos que prosodicamente implicam certa estrutura; logo, a relação sintaxe-fonologia estaria atuando;

(b) são considerados com base na necessidade de interpretação semântica específica desses itens vista como uma necessidade semântica que precisa ser codificada sintaticamente, já que demanda movimento visível.

Essas duas possibilidades serão exploradas neste trabalho com base em dados da aquisição dos complementos pronominais acusativos no PB e no ER. Nesse sentido, as análises propostas por Uriagereka (1995) e Raposo (1998, 2000) serão tomadas parcialmente como referências, sendo que a primeira fornece uma análise baseada em demandas semânticas (o que poderia ser compatível com a nossa hipótese para o PB) e a segunda, se baseia em demandas da interface fonética, ponto que pode sustentar a nossa hipótese com relação ao ER.

É importante salientar que a análise para o ES dos clíticos como marcas de concordância vai na mesma direção da hipótese avançada na introdução desta dissertação no sentido de que esses complementos seriam apreendidos via interface fonética. Essa consideração poderia, contudo, ser reinterpretada com base

na hipótese de que clíticos são D, como marca de concordância com valor argumental.